



Diário Oficial do LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Vera Cruz - BA

Terça-feira • 09 de abril de 2024 • Ano VIII • Edição Nº 689



QR CODE

SUMÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL	2
ATOS OFICIAIS	2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO (Nº 09/2024)	2
PORTARIA (Nº 81/2024)	4
LICITAÇÕES E CONTRATOS	5
AUTORIZAÇÃO (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2024)	5

NOTA: As matérias que possuem um asterisco (*) em sua descrição, indicam REPUBLICAÇÃO.

CONFIABILIDADE

PONTUALIDADE

CREDIBILIDADE



**IMPrensa
OFICIAL**
MAIS TRANSPARÊNCIA PARA TODOS



GESTOR: Estácio Lima dos Santos

<http://camaraveracruz.ba.gov.br/>

ÓRGÃO/SETOR: CÂMARA MUNICIPAL
CATEGORIA: ATOS OFICIAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO (Nº 09/2024)

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
PRESIDENTE – VEREADOR RICARDO VELLOSO FACÓ

EDITAL Nº 09/2024
CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação, Vereador Ricardo Velloso Facó, no uso de suas atribuições legais, convoca **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com a finalidade de apresentar o Projeto de Lei nº 01/2024, para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, a ser realizada no dia 15 de abril de 2024, no Plenário da Casa Legislativa, às dez horas da manhã, com espeque no art. 67, II, do Regimento Interno, sob os fundamentos de fato e de direito que a seguir passa a expor:

O presente Projeto de Lei, que será objeto de discussão na Audiência Pública, visa autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A, no valor de até R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para investimentos de 100% (cem por cento) na infraestrutura urbana de Vera Cruz/BA.

Assim ensina o mestre Hely Lopes Meireles:

"Os empréstimos internos e externos são operações financeiras de que se podem valer os Municípios para prover ocusto de obras e serviços de grande vulto para os quais sua receitaordinária se evidencie insuficiente. Tais empréstimos, emborasejam rendas locais, desde que recebidos pela Municipalidade, passam a compor sua receita corrente ou, o que é mais comum, decapital, nos temos dos §§ 1o e 2o do art. 11 da Lei 4.320/1964.

Acrescenta o mesmo autor que a contratação de operações decrédito pelo Município depende não só de prévia e expressa autorizaçãolegislativa, mas de aprovação do Ministério da Fazenda, que verifica ocumprimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. De outro lado, a instituição financeira que contratar a operação com o Município deve verificar se estão sendo atendidas as condições e limites legalmente estabelecidos, vez que as operações realizadas com infração ao dispostona Lei de Responsabilidade Fiscal serão consideradas nulas."

É de suma importância ser consignado que o parágrafo único, do art. 1º, do Projeto 01/2024, enviado pelo Executivo Municipal, é **categórico** ao dizer que

os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput do artigo primeiro, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o parágrafo primeiro, do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

De início, deve ser advertido que a matéria em tramitação nessa Casa Legislativa, está sem os necessários detalhamentos que são obrigatórios na legislação em vigor e, sobretudo, vai de encontro ao que assevera o parágrafo único, do art. 1º, do Projeto de Lei nº 01/2024. Desse modo, a proposição fica nitidamente comprometida, em virtude da falta de informações legais sobre a proposta em que o Executivo pede autorização legislativa para o empréstimo de cerca de oito milhões de reais.

O dispositivo determina que, para operações de crédito como a que deseja realizar o Prefeito, deve constar a cópia do processo administrativo que ensejou a solicitação do empréstimo, os projetos executivos, a expectativa de gastos, o estudo de viabilidade das obras pretendidas e seus impactos, as justificativas das supostas obras e intervenções, em detrimento de outras que eventualmente tenham necessidades de intervenções semelhantes. Deverá ainda compor a proposta, a indicação de qual será a unidade de execução orçamentária em que vai constar o valor da operação financeira, de modo que todo o valor do empréstimo esteja vinculado a obras específicas, devidamente estabelecidas e fixadas em lei. A prova não pode ser o envio e a exibição de três de páginas de papel ofício em que o Prefeito apenas apresenta a proposta.

Nesse diapasão, na medida em que não são mencionadas as informações legalmente obrigatórias, para que possamos colocar em apreciação um projeto dessa magnitude, que endividará o Município em uma elevada verba, notadamente em oito milhões de reais, temos a necessidade de convocar uma AUDIÊNCIA PÚBLICA, para ouvir os representantes legais da prefeitura, já que a LOA enviada pelo Executivo em 2023 já previu o maior volume de investimentos da história do Município de Vera Cruz no tocante a infraestrutura, em detrimento das áreas mais essenciais e urgentes, justamente as da saúde e educação.

Vera Cruz/BA, 09 de abril de 2024.

RICARDO VELLOSO FACÓ
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PORTARIA (Nº 81/2024)



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ
Rua São Bento, 73– Mar Grande
44470-000 - Vera Cruz / Bahia
CNPJ: 16.110.348/0001-71
Email: camaramunicipaldeveracruz@bol.com.br

PORTARIA Nº 81, de 09 de ABRIL de 2024.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO FUNCIONAL DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ, ESTADO DA BAHIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Municipal n.º 705/2006:

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomeia o Senhor **JUVENAL GONÇALVES**, do Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Segurança**, Estrutura Administrativa da Câmara de Vereadores do Município de Vera Cruz.

Artigo 2º - A presente Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de Abril de 2024.

Artigo 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

CERTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vera Cruz, Estado da Bahia, em 09 de Abril de 2024.

ESTÁCIO LIMA DOS SANTOS
PRESIDENTE

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2024)



CÂMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
CNPJ 16110348/0001-71
ESTADO DA BAHIA



ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 007/2024

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação técnica para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o Parecer Técnico do Agente de Contratação que prevê que a Inexigibilidade de Licitação está em conformidade ao disposto no Art. 72 c/c Art. 74, III, “f” da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021 **AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 007/2024**, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa especializada em oferta de cursos para 03 (três) servidores além do Presidente da Câmara Municipal de Vera Cruz-BA, que participarão do 1204º Curso de Capacitação que será realizado na cidade de Fortaleza-CE, no período de 23 a 27 de abril de 2024.

CONTRATADO: CLÉSIO MÚCIO DRUMOND FILHO, CNPJ nº. 39.451.628/0001-49, situada na Av. Dr. Cristiano Guimarães, nº 985, Sala 12, Bairro Planalto, Belo HorizonteMG, CEP 31720-300.

VALOR UNITÁRIO: R\$990,00 (novecentos e noventa reais)

VALOR GLOBAL: R\$3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 23 de abril de 2024 a 27 de abril de 2024

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade: 01.01-CAMARA MUNICIPAL;

Projeto/Atividade:2001- MANUTENÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA;

Elemento/despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica a.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, III, “f” da Lei Federal 14.133/2021.

Rua São Bento, 73, Mar Grande, CEP 44470-000 - Vera Cruz-Bahia.

✉ camaramunicipaldeveracruz@bol.com.br 📧 @camaradeveracruz 📘 camaramunicipaldeveracruz-ba



CÂMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
CNPJ 16110348/0001-71
ESTADO DA BAHIA



Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Vera Cruz-Bahia, 09 de abril de 2024.

Estácio Lima Dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

Rua São Bento, 73, Mar Grande, CEP 44470-000 - Vera Cruz-Bahia.

✉ camaramunicipaldeveracruz@bol.com.br @camaradeveracruz camaramunicipaldeveracruz-ba

<http://camaraveracruz.ba.gov.br/>